



Política



1 9 2 9

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D. U. L.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. M. S. V.)

PROPRIEDADE—SOCIIDADE NACIONAL EDITORA, LTD.^a (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

SUMARIO

fazer Politica	
Arte — Esculpem-se capiteis historiados	<i>A. de Mendonça-Dias</i>
Traição de Gomes Freire	<i>Leão Ramos Ascensão</i>
Dois Nacionalismos (Excerpto).	<i>Dr. Hipolito Raposo</i>
o Poeta do Amor-Morte	<i>H. R.</i>
ao ritmo da Ampulheta	

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Portugal e Ilhas	10\$00
Colonias	15\$00
Estrangeiro	20\$00
Numero avulso	1\$50

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

ORGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director — A. de Mendonça-Dias (F. S. U. L.)

Lisboa, 15 de Abril de 1929

fazer Política

MAIS uma revista que surge, órgão dum núcleo de estudantes que apenas querem bem servir o seu país. Ao meio académico de Lisboa nos destinamos especialmente, a todos os nossos camaradas, — amigos, adversários ou indiferentes, — se dirige a nossa voz.

Somos novos e estudantes também e trazemos o ardor da nossa mocidade e um espírito académico consciente porque nacionalista e anti-individualista, ao bom combate pelo Integralismo Lusitano.

Creemos nas reservas de energia, de fé e de patriotismo que a mocidade académica traz consigo, para vivificar esta Nação bem-amada. Basta para isso que a mocidade saiba juntar ao entusiasmo a reflexão e que a sua generosidade de sempre seja disciplinada pelos dictames da sua inteligência.

Adeptos duma idéa de salvação nacional, que é a sistematização das confusas aspirações do País que produz honradamente, por ela nos vimos bater, desmascarando os ídolos e os mitos que pervertem as inteligências, mas procurando paralelamente, construir. Valha-nos esta intenção, num país em que, durante muito tempo, apenas se fez, criminosamente, uma obra de puro negativismo.

O que nós queremos di-lo hemos sem reboços, tendo o alto orgulho intelectual das idéas que professamos.

Por isso, apesar de prudentes e sensatas observações, à nossa revista foi dado o nome de *Política*, em plena concordância com os nossos princípios e com o desassombro com que os professamos e servimos.

Política é a ciência do governo dos povos, procurando determinar, sôbre os dados da experiência, as leis que os devem reger, segundo as diversas circunstancias de tempo e de lugar (método tão afastado do apriorismo abstracto da Democracia). A filosofia política é das mais nobres

POLITICA

ocupações da vida do pensamento e é fundamental nos destinos humanos. Com efeito, depois de se averiguar qual o fim do homem na terra, procura-se descobrir os meios que lhe facilitem a realização dêsse fim. Dêste modo, todas as instituições em que o homem está enquadrado devem existir em função da sua finalidade própria e, conforme a satisfazem ou não, assim são boas ou más, legítimas ou ilegítimas. E' a família, é a oficina, é a cidade, é a nação, prolongamento natural dos agregados familiares. Chegados à nação, resta-nos saber qual é o sistema que melhor realiza o superior ideal nacional.

E não se diga que os sistemas são indiferentes. A razão por um lado, por outro lado a lição da história e dos factos contemporâneos, convencem-nos de que as instituições políticas, na sua forma e sobretudo na sua essência, condicionam a realização das aspirações nacionais, em tôdas as suas múltiplas manifestações, sendo boas apenas as que facilitam à Nação um progressivo e ininterrupto desenvolvimento espiritual e material. Consoante as instituições políticas, assim a vida colectiva é melhor ou pior, assim os indivíduos se integram nos interesses gerais ou dêles se afastam e os combatem eficazmente. Dependem dos sistemas políticos a paz e a segurança colectiva ou individual. Na relatividade humana (verdade evidente que já de si repele a essência da democracia metafísica) há princípios bons e princípios maus. Partindo-se dêsses princípios (que só podem avaliar-se em política pelos seus resultados), assim chegamos a construções nefastas na sua essência ou nas suas aplicações, ou, inversamente, àquele sistema que a experiência prova, pela sua identificação com o meio a que se destina, ser o único defensável, por ser o único próprio para êsse meio. A Tradição (por isso a defendemos) é que nos diz e nos ensina qual é êsse sistema. Era neste sentido que Herculano entendia, com a sua visão de historiador, que se devia «tornar as instituições mais harmónicas, mais conseqüentes com as tradições e índole desta família portuguesa.»

Compreendemos a repugnância que insensivelmente a palavra «política» inspira a muitos e bons espíritos. No sentido que dão à palavra, ninguém mais do que nós tem essa repugnância. O calão democrático assim deturpou o seu nobre significado, que se abastardou e corrompeu nas pulhices eleiçoeiras e parlamentares, em todos os vergonhosos conluios com que os homens dos partidos arranjavam a sua vida. E o povo, que não podia fazer um exame mais atento, o povo honrado e laborioso de Portugal, que não queria conspurcar-se nas manobras dos partidos, logo viu na política a palavra de passe dos ambiciosos e dos charlatões da praça pública que procuravam nas urnas e em S. Bento couto seguro contra a alçada do Código Penal. O político, essa coisa horrorosa do político profissional (último e esplêndido recurso do bacharel falhado e vadio), desde que se servisse do cacique, da urna, da parcela de soberania que levava para o Parlamento ou para o Terreiro de Paço e atroasse os ares com a soberania popular, a Liberdade, os direitos do cidadão,

as maiorias, a constituição... podia impunemente cometer todos os atentados contra a moral e a Nação, pois quanto maior fosse a sua audácia, mais assegurado tinha o êxito das suas ambições inconfessáveis. Por isso se distinguia *et pour cause* entre honradez política e honradez pessoal, apesar de tal distinção ser contra a lógica e todos os princípios morais.

Os políticos! Desde o cacique da aldeia ao ilustre parlamentar ou ao grande estadista repoltreado na sua cadeira ministerial a repartir o bolo orçamental pelos amigos, era uma corja insaciável que desorganizando tudo, apenas tinha maravilhosamente organizado o saque à Nação, sistemático e com tanta limpeza, que o rotativismo, normal ou imposto pelas revoluções, nesta desordem permanente, nesta «balbúrdia sanguinolenta» que Eça adivinhou, que o rotativismo estabelecia á cômoda digestão uns, enquanto os outros iam comer... E para satisfazer esta voracidade desmedida, de que Teófilo Braga deu conta logo na manhã de 1910, vieram os atestados de revolucionário civil ou de bom republicano, com que o formidando regedor de letras gordas comprovava a competência profissional dos que tinham queimado as pestanas na vida árdua do estudo. Não somos nós que o dizemos... António Maria da Silva, numa hora de sinceridade, pôde exclamar «O País tem estado a saque!»

Mas este tipo do político e esta forma da política, são precisamente o que nós combatemos, em nome da Nação.

Porque é em nome da Nação e ao serviço da Pátria que aqui estamos, ajuramentados e oferecendo-lhe toda a nossa mocidade. Que os homens bons de Portugal nos oiçam, que a mocidade, a nossa geração, saiba entender-nos! Nós não vimos para aqui pôr a idéa de Pátria ao serviço de vãs quimeras, ou pretender criminosamente que construções da nossa falível razão sejam impostas ao corpo e alma da Nação Portuguesa. Nem nós podemos descender daqueles energúmenos que exclamavam em vozes avinhadas ter a História de Portugal começado em 5 de Outubro de 1910...

A idéa de Pátria é que nos guia, o pensamento nacionalista é que nos impele. Antes de tudo, na ordem temporal, o serviço da Nação. E assim podemos afirmar com todos aqueles que aderem ao Integralismo:

«Creio em Portugal, no seu passado e no seu futuro. O seu interêsse e a sua honra são a minha lei e a lei superior de todos os individuos e instituições portuguesas.»

Já não é um vago patriotismo sentimental que nos move. O nosso patriotismo tem raízes mais fundas, que provêm da nossa inteligência. É esta subordinação dos individuos e instituições portuguesas ao Interêsse Nacional que forma o nosso nacionalismo.

Mas a nossa aspiração nacionalista não pode realizar-se sem um sistema que a enquadre e lhe dê vida. Oliveira Martins dizia: «Portugal

POLITICA

morre á falta duma doutrina.» Era necessária uma doutrina política para Portugal, que lhe fosse própria e lhe permitisse naturalmente o seu livre desenvolvimento e robustecimento.

Os princípios nacionalistas que seguimos obrigam-nos a adoptar aquele sistema político que melhor incarne a unidade nacional, que melhor assegure a coesão de todos os elementos da Nação. Não podemos neste momento, bem contra nossa vontade, desenvolver todo o nosso pensamento. De resto, elle é intuitivo, uma vez que se aceitem as seguintes premissas: um agregado político deve procurar acima de tudo a unidade; a verdade política portugueza está naquele regime que atenda aos caracteres próprios de Portugal e ao condicionalismo das suas determinantes particulares, dentro da nossa tradição latina e cristã. E' só no respeito destes princípios que a paz interna e o engrandecimento nacional serão possíveis.

... Não confundir, porém, a Monarquia orgânica com o absolutismo real ou o constitucionalismo monárquico.

Não é o absolutismo, porque o combatemos ardidamente, na sua forma, na sua origem e nas suas consequências.

Na sua forma, o absolutismo consiste naquele sistema em que, segundo Gama e Castro, o Rei governa e administra. Ora a administração queremos nós que pertença ás várias células que compõem a Nação, num regime largamente descentralizador. O Estado, geralmente, não deve ter senão uma função política, mas essa exclusiva. E' como nós concebemos o Estado monárquico, de harmonia com a nossa Tradição, que encontra nos tristes factos contemporâneos uma confirmação retumbante.

Na sua origem, o absolutismo vem da ressurreição do direito romano, que sufocou a nossa natural evolução política e social e tem, naturalmente, um sentido pagão, hoje fortemente acentuado, por exemplo, no socialismo e em certas idéas de autoritarismo estatista, vindas da Alemanha e preconizando o Estado-Deus, que é, com a Multidão-Deus da Democracia, o maior retrocesso que se pode verificar na Historia.

Nas suas consequências, o absolutismo, com a feroz centralização que operou e o nivelamento geral aos pés do soberano, enfraqueceu a Nação, pela atrofia das células por onde ella vivia, de tal maneira que, para Alexandre Herculano, o grande defensor do nosso municipalismo, a decadência de Portugal começa no reinado de D. João II. Essas consequências permanecem, agravadas. Da reforma dos torais, efectuada por D. Manuel I, á legislação de Mousinho da Silveira não vemos senão uma cadeia lógica. E' a mesma hipertrofia do Estado que asfixia a Nação, lhe tira tódos as possibilidades de desenvolvimento e a burocratiza, impedindo ao mesmo tempo o Estado de exercer aquella função política e coordenadora e estimuladora de energias que lhe compete.

Mas enquanto na Monarquia a descentralização é possível porque é do próprio interesse real (identificado com o interesse da Nação) e não há perigo algum de dissociação, pois o Rei assegura a unidade na-

cional, a mesma descentralização é apenas um pretexto para discursos e retórica na República, que na sua essência não pode ser senão centralizadora.

A monarquia orgânica não deve confundir-se também com o constitucionalismo monárquico, que de monárquico só tem o nome e a aparência. O processo do constitucionalismo está feito. E' inútil repetir as razões do nosso ataque á mentira constitucional, em que o Rei é uma simples chancela das decisões dos políticos.

Nós queremos um Chefe verdadeiro, assistido dos seus conselhos técnicos e consultando a verdadeira e legítima representação nacional: as Côrtes Gerais dos Municípios e Corporações.

Entendemos que a Família deve ser robustecida e prestigiada, e que se deve restaurar, pela criação dum forte espírito local, a autonomia municipal e provincial.

Combatemos pela organização profissional corporativa, que ponha de lado a ignóbil mentira da luta de classes e reconheça a solidariedade dos vários grupos económicos.

E' ainda da forma política que depende o ressurgimento nacional. Não pode realizar os nossos princípios uma doutrina política que ponha o Estado à mercê de todos os aventureiros, em que as situações ministeriais sejam naturalmente instáveis, o princípio de Autoridade um mito, ou a tirania, ou apropriado pela multidão ululante, uma doutrina política, enfim, que assente na desordem e no caos, na imprevisão e no triunfo dos incompetentes ou dos desonestos.

E' na Monarquia tradicional que vemos o melhor sistema político para a nação. Por ela combatemos, *fazendo política*, sim, no cumprimento dum dever de portugueses.

Coube ao Integralismo Lusitano o mandato de reabilitar a idéa monárquica em Portugal. Ao Integralismo Lusitano, cuja acção admirável nos guia, em coerência e dedicação, pertencemos, disciplinadamente, procurando, na medida das nossas forças, reparar os destroços últimamente causados na nossa própria corrente doutrinária pelo veneno democrático da rebeldia e da indisciplina. Nós estamos aqui para *servir*. Servir a Nação, servir os princípios, servir o Integralismo Lusitano, cuja orientação acatamos plenamente.



A R T E

I

ESCULPEM-SE CAPITEIS HISTORIADOS

É na velha idade-média, monacal e guerreira, com o seu espírito profundamente religioso e o pictorêscio simbólico da sua arte sólida e eternamente cristã, que mais francas se nos afiguram as manifestações em que a arte de edificar, a arte mais eminentemente social no dizer de Antonio Sardinha, anda aliada ao proveito colectivo da Terra e do povo: — levantam-se abadias majestosas para arroteamento de largas faixas de solo inculto, erguem-se nobres moradias senhoriais de muros ameados de granito para defesa da terra, base da riqueza agrária, a mais nobre e a mais construtiva das riquezas, constroem-se capelas em cumprimento de votos piedosos, erigem-se mosteiros de grossos e bem construídos muros, que fossem casa de Deus e de defesa da grei. E para essas casas monacais, espalhadas por todos os recantos do velho Portugal medievo, onde se recolhiam e tinham assento as ordens monástico — guerreiras que fizeram a reconquista cristã, para as capelinhas românicas que nos enchem de um orgulho são pelo passado forte de Portugal, esculpem-se com amor capiteis laboriosamente historiados, lavram-se mísulas suportando o artezoado das abóbadas, trabalham-se túmulos armoriados de nobre estatuária e de rendilhados baldaquinos, desenvolvendo uma arte fortemente expressiva com tôda a exuberância pictorêscia do seu simbolismo.

Portugal na sua primeira idade, foi construindo sólidos muros armados e fortalecidos de contrafortes, arcaria de volta inteira de românico com as suas afinidades já remotas nas velhas construções bizantinas, pilares de colonelos suportando arcos ogivados, cachorradas simbólicas servindo de esteio ao grosso travejamento esculpido das primeiras construções medievas, que o custeio dispendioso das abóbadas não era, por vezes, acessível á nova sociedade cristã que se fundamentava.

E assim o espírito robusto, e sem o requinte que perverte, dos antigos portugueses, foi realizando uma arte sentida, espontânea, construída e arquitetada na contextura primitiva dos processos de edificar, trazida, no que respeita ao gótico, pelos irmãos de S. Bernardo, quando da fundação nos campos alcobacenses do nobre mosteiro da Ordem de Cister, que começando por realizar uma obra de arroteamento agrário, seria mais tarde o fulcro da cultura portuguesa que despontava. Esta enorme fábrica gótica, majestosa e com a austera imponência das edificações

cistercienses, é no entanto pesada, como se fôra românica, que o espírito de então não estava afeito ainda aos rendilhados das agulhas e gárgulas do gótico e só dois séculos mais tarde o conseguiria no mosteiro da Batalha no alvorecer da dinastia de Aviz. Todo o gótico primitivo tem em Portugal esta feição rude e austera, apresentando derivantes, aqui, do áspero e rijo granito que se não acomoda a subtilezas, além, da pedra branda de Coimbra que mais consente os profundos labores artísticos da delicada simbologia medieva. Mas é sobretudo nas humildes e devotas capelinhas antiquíssimas que povoam o norte do país, nessas rústicas edificações, testemunhas duma crença forte, que melhor se suprênde a feição própria e portuguesa, que o nosso génio architectónico conseguiu, imprimir ao românico.

Temos por certo que foram essas capelinhas rústicas, produtos espontâneos da terra e do povo, as que melhor e mais sinceramente foram sentidas pela gente portuguesa. Na contextura lógica e na nobreza construtiva dos seus motivos decorativos, sem um arrebique inútil ou ornamento desnecessário á propria construção, aproveitando as arquivoltas e os renques de cachorros para dar largas á arte de espontâneo simbolismo, bem dispondo os corpos reentrantes e salientes, os muros ameaçados e os contrafortes, procurando o equilíbrio de volumes que constitue por certo o segredo de bem construir, é ainda o românico a verdadeira expressão do sentido prático, manifestado nas mais diversas circunstâncias da vida portuguesa, crente, rude, mas duma só fé, das primeiras eras.

Mas a verdadeira e a mais acentuada característica de tóda a arte medieval é o profundo sentimento religioso de que estão animados os seus claustros incomparáveis, por vezes de uma nobre pobreza que exalta, de uma devoção que arrebatava e onde nada ha «que lembre da terra as ambições, a força, a glória ou o brilho».

Tóda a escultura religiosa medieval é ainda fortemente impregnada do mesmo profundo sentimento religioso. Cheia de carácter proprio e bem definido, traçada a golpes largos de escopro e martelo, com os seus planos bem marcados e um certo paralelismo curioso nas atitudes e no porte das figuras esculpidas, se bem que denotando uma acentuada ingenuidade, derivante do pouco saber anatómico, tem no entanto para as modernas tendências da crítica, esta elevada superioridade de se impor sobre as escolas que depois floresceram pela sinceridade decidida, pela espontaneidade de sentimento com que é executada toda a estatuaría do período medieval. Lavrando e trabalhando com interêsse a pedra rude, os escultores do românico e do gótico, parecendo não cuidarem da forma, realizaram no entanto, para honra sua, a arte mais ardentemente cristã, mais devota, mais sincera e de maior nobreza de espírito, que ao homem foi dado conseguir em qualquer tempo. E tanto é admirável, êste sentimento religioso de toda a arte rudimentar da estatuaría medieval, quanto no período da renascença foi esquecido êsse espírito

POLITICA

cristão medieo, e o regresso das cinco ordens architectónicas da Grécia e de Roma era recebido festivamente como um acontecimento portentoso.

Deixaram de esculpir-se mísulas e baldaquinos, deixaram de lavrar-se capiteis historiados com scenas da Paixão de Cristo ou da vida devota dos Santos, em pequeninos grupos escultóricos, admiraveis de expressão e de simbolismo, que o velho espírito cristão é desprezado e incompreendido por todos os altos espíritos de pensadores e humanistas, esquecidos de que Cristo deixara uma religião eterna, donde derivou uma arte eterna, para, insatisfeitos, desenterrarem as velhas pedras da escultura e da architectura pagã, sepultadas há muito entre a herva alta dos templos abandonados.

A. de Mendonça - Dias

INTEGRALISMO LUSITANO

Em reunião da *Junta Central* foram nomeadas a J. E. L. para o actual ano lectivo e a J. P. E. com a constituição seguinte:

Junta Escolar de Lisboa

- PRESIDENTE — *Mariano de Carvalho* (I. S. T.)
VICE-PRESIDENTE — *Francisco Aranha de Furtado Mendonça* (I. S. A.)
SECRETARIOS — *Alfredo M. Pimenta* (F. D.)
— *Armando Lopes* (F. S.)
TESOUREIRO — *Francisco da Cunha Leão* (F. L.)
VOGAIS — *Eduardo Botelho Gusmão* (F. M.)
— *Valente dos Anjos* (I. S. C.)
— *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

Junta Provincial da Estremadura

- PRESIDENTE — *Dr. Artur Campos Figueira*, advogado
VICE-PRESIDENTE — *Eng.º Higino de Queiroz e Melo*
SECRETARIO — *Luiz Chaves Lopes*, professor e antigo official do exercito
VOGAIS — *Dr. F. Mota Cabral*, medico
— *Dr. Sarmiento Brandão*, advogado

Traição de Gomes Freire

Falar da conspiração de 1817 é falar de Gomes Freire, o seu dirigente. Que titulos tem Gomes Freire de Andrade para se impor ao reconhecimento e admiração da nação portuguesa? Gomes Freire, que mais não fosse, não prestou o minimo serviço a Portugal. «Mau carácter, mau soldado e mau patriota» lhe chamou António Sardinha. Os factos da sua vida demonstram exuberantemente que assim foi.

Nós vamos focar simplesmente a sua attitude em face de Portugal, por onde se verá tambem que a maçonaria é a anti-nação. Com efeito, Gomes Freire não é mais do que o instrumento da maçonaria em todos os desígnios desta, e para ela a idéa da Pátria não existe ou está abaixo do sentimento que une todos os maçons formando, estranho ao Estado e à nação, o «povo maçónico».

Não falando já nos tumultos do Campo de Ourique, em que se vê a estranha ligação de Gomes Freire com o duque de Sussex, graduado maçon inglês, conhece-se a attitude do conspirador de 1817 perante a invasão de Junot. Preparada de combinação entre o Grande Oriente de Paris e a maçonaria portuguesa, numa conjura miseravel em que estavam envolvidos os representantes diplomáticos de Portugal em Paris e Madrid e o próprio primeiro ministro português, tudo se ocultou ao Rei, na mais ignóbil das traições, para que os franceses, chegados de surpresa a Lisboa, pudessem prendê-lo. Evitou-se isto, mas não se evitou a facil entrada de Junot em Portugal, nem o auxilio activo e eficaz dos maçons a Junot. Uma deputação maçónica ia cumprimentar o general francês a Sacavem, e Gomes Freire e outros iriam às portas de Arroios esperar Junot e pedir-lhe que protegesse a maçonaria. Em tôdas as lojas maçónicas collocava-se o busto de Napoleão, com a legenda: *Salut et respect pour l'Empereur!* Os nossos liberais iriam depois pedir a Napoleão um rei da sua familia.

Forma-se, finalmente, a «Legião Lusitana» Gomes Freire acorre immediatamente a incorporar-se nela. Por coacção? Não. Todos os militares que quisessem ser dispensados do serviço podiam se-lo, conforme instruções terminantes do próprio Napoleão. E foi assim que, por exemplo, D. Miguel Pereira Forjaz se eximiu a fazer parte da Legião Lusitana e ficou em Portugal, para ser finalmente o grande organizador da resistência nacional contra o invasor. Mas Gomes Freire, inteiramente desnacionalizado, não podia pensar assim. Combateu por Napoleão, de quem implorava a Legião d'Honra e cargos de confiança, tendo sido por último segundo comandante da guarnição de Dresde.

Já por esse tempo Portugal e Espanha se tinham revoltado contra o invasor. La Romana, official espanhol ao serviço de Napoleão, logo que soube da revolta dos seus compatriotas, forçou as linhas francesas

POLITICA

da Dinamarca e veio juntar-se aos que combatiam pela independência da sua Pátria. Em compensação, Gomes Freire tomava parte no cerco de Saragoça, attitude tão espantosa que até um francês, o general Foy, exclamava: «Assim, os soldados portugueses, unidos aos franceses, iam combater, exterminar os espanhois, enquanto em Portugal seus pais e seus irmãos, unidos de coração aos espanhois e fazendo causa comum com eles, sustentavam contra os franceses uma guerra de morte».

Planeada a invasão de Massena, ainda Gomes Freire é consultado sobre a melhor forma de se subjugar os portugueses.

Foi uma série de traições à Pátria que a clemência de D. João VI esqueceu, consentindo o regresso de Gomes Freire a Portugal, depois de extinta a estrela napoleónica.

Chegado a Portugal, Gomes Freire é eleito Grão Mestre da maçonaria portuguesa e logo começa a tramar contra o govêrno legitimo, de acôrdo com estrangeiros e até officiaes ingleses. D. Miguel Pereira Forjaz, secretário da Guerra na Regência, pretende o auxílio de Gomes Freire para a expulsão de Beresford — e não o consegue. A conspiração de Gomes Freire não é, pois, movida pelo ideal patriótico de expulsar os ingleses. A sua origem é mais turva e o seu fim é fundamentalmente outro. A sua origem está nas entrevistas com Cabanes, delegado dos espanhois, de que resultou o plano de um movimento tendente à união de Portugal à Espanha, contanto que se impusessem os princípios liberais. (Não esquecer que Magalhães Lima é autor do livro *La Fédération Ibérique*). O maçõ José Liberato terminava dêste modo uma quadra em que se dirigia a Portugal:

E's desgraçado com seis?
Porque não procuras sete?

Seis era D. João VI. *Sete* era Fernando VII de Espauha.

Por isso Gomes Freire e os seus companheiros de conjura foram presos e sofreram o justo castigo da traição perpetrada. Os julgadores não fizeram mais do que aplicar a legislação pombalina.

E quem appareceu a defender Gomes Freire? Foram os ingleses, senhores. Era o marechal de campo Archibaldo Campbell, governador de S. Julião da Barra, que tentou libertar o Grão Mestre da maçonaria portuguesr. Era o duque de Sussex que na Camara dos *Lords* protestava contra a condenação de Gomes Freire.

Os «mártires da Pátria» aqui estão: são os que queriam entregar Portugal à Espanha, são os que traíam o seu país, querendo acabar com a sua existência de povo livre. A apoteose das lápides e dos jornais dos «filhos da viuva» merece a apóstrofe violenta de António Sardinha, quando dizia que era ela que nos faltava «para que a república se nos mostrasse bem a inimiga natural de tudo quanto constituiu a essência viva do génio da nossa raça.»

Leão Ramos Ascensão

Dois Nacionalismos

(Excerpto)

Transcreve-se parte do Capitulo V do novo livro do Sr. Dr. Hipolito Raposo Dois Nacionalismos cujo sumario daremos no proximo numero.

NESTA hora confusa em que os partidos e várias formações revolucionárias da Republica se intitulam nacionalistas, todos desatentos á contradição dos termos, cumpre-nos reivindicar o caracter tradicional e legitimo do nacionalismo português.

Se as formas e os sistemas de governo hão de assentar na experiência historica para serem duraveis; se devem ser condicionados pela feição particular dos diversos povos, como soluções do seu instinto ou criações do seu génio particular ninguem poderá acusar-nos com justiça, de infidelidade a estes principios quando nos arvorámos em renovadores e divulgadores de um patrimonio nacional de soluções politico-sociais. Aqueles que pertenderam combater-nos, acusando o nosso movimento de importar doutrina de França, como quem introduz na praça modas ou perfumes, esqueceram-se de se julgar a si mesmos, por terem aceitado os clausulas de um *contracto social* de que o judeu Rousseau foi o notário sem testemunhas.

A *Action Française* e o *Integralismo Lusitano* eram duas reacções construtivas. As causas de ruina nacional — eram as mesmas: justo e necessário era, repito, que o remedio fôsse semelhante. Mas a lógica de tais criticos nunca lhos ensinou a distinguir a semelhança da identidade. Hoje, frustrados os infantis ataques que aqui e além se ergueram, sem convicção, verdade seja, já é longo o caminho andado e afigura-se-nos longa a sementeira. Vendo a Latinidade readquirir o sentido da ordem antiga, os liberais resignam-se, moderam os seus desdens ignaros e até os proprios republicanos se animam a aproveitar-se de farrapos dos nossos principios, certamente por serem bons e não por serem nossos... Na linguagem, cada vez mais rouca, de conferentes, jornalistas e chefes politicos da Republica, claramente soam os ecos de outras vozes.

No entusiasmo por principios e reformas que na sua applicação arruinariam os fundamentos da Democracia, êsses republicanos portugueses teriam sido adivinhados por W. James, quando escreveu:

Toute doctrine nouvelle commence par être attaquée comme absurde; puis on admet qu'elle est vraie, mais d'une vérité trop évidente et sans aucun intérêt; et l'on finit par la reconnaître si importante, que ses adversaires prétendent l'avoir découverte eux-mêmes. (1)

Tempo virá, talvez, em que outros se vangloriarão do mérito de terem inventado um sistema, cuja primeira virtude seria a morte das

(1) *Le Pragmatisme*, Trad. franc. Le Brun, 1911 — pag. 182.

POLITICA

suas ilusões e do qual fizemos o apostolado sincero da nossa juventude, a bem da Terra Portuguesa.

As soluções intermedias da politica, se não caíram de todo nos conchavos internacionais em que as Patrias são balcões de negocios, falharam em toda a Europa, no juizo dos espiritos que não abdicaram da dignidade de pensar.

O Estado burguês, de fundamento democrático e eleitoral, está em crise, já não susta a falencia que, com inteira propriedade, chamaremos fraudolenta. Os principios que hoje se defrontam em luta são a Revolução Social e a Ordem Tradicional. Pela destituição da autoridade, a beneficio do sindicalismo revolucionário, foi a Russia conduzida á anarquia e da anarquia ao cesarismo vermelho.

Com a restauração do poder publico e pela organização do trabalho, dita-se o direito novo em Roma e consolidam-se as monarquias da Italia e da Espanha.

Para evitar os horrores da guerra social e para instaurar-se a ordem legitima, em Portugal, viemos nós fazendo esta jornada de trabalho, de sangue e de lágrimas de luto. Os politicos perverteram no País o instinto de defesa, aboliram as leis da sua conservação. Estamos no caminho da vitoria, e não pode tardar o dia do triunfo da Nação contra a internacional bancária de hoje e contra a internacional operaria de amanhã.

Como quem cumpre um destino, continuaremos a avançar. Se temos razão, sigam-nos; se não a temos, emendem-nos, para nos rendermos á verdade. Todos os integralistas que se alistaram neste voluntariado de sacrificio, só procuram servir, á voz do Rei, o interesse, a honra e a gloria maior da Nação Portuguesa!

JUNTA ESCOLAR DE LISBOA

NOTA OFICIOSA

Comunicamos a todos os nossos camaradas e amigos que por acôrdo com a Sociedade Nacional Editora Lda. (em formação), a revista "Politica" editada pela referida sociedade, é o órgão official desta Junta e que nos termos dêsse acôrdo nomeamos os camaradas abaixo designados para os corpos da revista:

DIRECTOR — *A. de Mendonça Dias* (F. S.)

ADMINISTRADOR — *H. de Mendonça Dias* (F. D.)

EDITOR — *Fialho Barreto* (E. S. M. V.)

DIRECÇÃO GRAFICA — *Valentino de Sá* (F. M.) e *Franz d'Almeida Langhans*

A Junta Escolar de Lisboa

o Poeta do Amôr-Morte

CONFUNDEM-SE em negrume de mistério, a vida e a morte de Guilherme de Faria; a definir-se em vão uma pela outra, abrem e fecham um ciclo de dor.

Filho-familia bem-amado, irmão e companheiro leal, menino que se fez homem a beber fel de desventura, homem-menino por força e graça dos vinte anos, metade da vida passou a gemer no naufrágio do seu sonho na terra, indo viver na morte o sonho de ser amortalhado em espuma do mar.

Fiel á graça do amor, o amor e a morte em sua alma viveram abraçados, para mais cedo e mais fortemente renegarem a vida, sepultando-lhe nas frias águas a corôa de poeta e o coração ardente de português. Ficou de luto e amargurada a nossa familia espiritual, ao calar-se a voz do mais alto e puro amor á Esperança, e ao vêr partidas as asas de um génio bom da nossa Vitoria.

Aos nossos olhos fica eternamente acenando o seu adeus triste em folhas de versos, como lenço saudoso de cantigas de quem se embarca e se perde em palpitações de luz roxa; em nossos ouvidos estremece e plange o marulho soluçante da sua lira.

Não profanemos o silencio para saber a razão da sua desgraça; não perguntemos á dor porque foi dor... Se alguma alma de mulher ficou na vida com o segredo da morte deste Poeta, sagre em relicário o proprio coração e cumpra o destino de guardar nele, amargamente, a essência imortal de uma saudade que mata...

E vós, amigos, irmãos de alma e de juventude de um Poeta grande e desgraçado, se quereis glorifica-lo com amor, levantai-lhe, sôbre a dura pedra dos seus ultimos passos, o padrão de uma coluna votiva: coluna que seja a cruz de Cristo, abraçada de saudades em flôr, e nela venha cativar-se, trazida na voz das águas, a ultima vibração da sua voz, o suspiro em que a Deus pediu perdão de morrer, depois de ter chorado:

*Ondas marinhas,
Ondas, dizei-me,
Saudosamente,
Saudades minhas, de um bem ausente...*

*E adormecci-me
Na pura graça
De sonho e morte.*

.....
.....
.....

— Saudades minhas... Sonho da morte...
— Oh meus amores!...

H. R.

ao ritmo da Ampulheta

A MAÇONARIA EM ACÇÃO...

Lavra por êsse país um notavel recrudescimento da actividade Maçonica.

Fieis aos nossos principios e tendo a consciência do nosso dever, daqui a denunciámos claramente, chamando para tal a atenção de todos os bons portugueses.

Os partidos, consubstanciadas na famigerada Liga de Paris, e a Maçonaria, sua progenitora e fiel aliada, mudaram de tática.

Vendo a impossibilidade de derrubarem a Ditadura pelas armas (7 de Fevereiro e 19 de Junho), ou pela difamação (campanhas dos papelinhos clandestinos e de Bernardino Machado e António Sérgio nas imprensas argentina, franceza, suíça e alemã), ou ainda pelo recurso á intervenção estrangeira (ida às Legações e carta de António Sérgio ao Presidente do Conselho da Sociedade das Nações) tentarão agora vencê-la na sombra pela infiltração nas esferas officiais.

Por outro lado procura-se levantar a questão clerical com uma injustiça revoltante, uma veemência inusitada e um desprêzo criminoso pelos verdadeiros e superiores interesses do paiz.

E «O Povo», é essa folha que usa por antonomazia a alcunha de «Liberdade», é a «Actualidades» órgão profano da Maçonaria, é a maçonica «Informações», todos êsses inúmeros realejos que em Lisboa e por esse país fóra tocam em unissono as estafadas árias do perigo clerical e da Liberdade, acompanhadas em surdina pelos inspidos e incolores Kolossos, o da maior tiragem e o da maior expansão.

Do *Noticias* não nos admiramos, pois ainda nos não esquecemos do célebre suplemento de 7 de Fevereiro. Mas a reviravolta de *O Seculo*? Como a explicarão o judeu Amzalak e muito em especial o Sr. Carlos de Oliveira?

Sem a ordem nos espiritos a ordem nas ruas é uma perigosa ilusão. E é

a... desordem nos espiritos que se procura fomentar, custe o que custar, com a ignóbil campanha (ignobil pelos processos e pelos fins) que por aí vai.

E como a história se repete... aí fica o nosso brado de alerta.

O MOMENTO ESPANHOL E... OS OPERARIOS E ESTUDANTES

O recrudescimento da actividade maçonica no nosso país não pode ser tomado isoladamente. Prende-se com a perturbação a que a energia de Primo de Rivera teve de fazer frente.

A dissolução da arma de artilharia, a arma da nobresa espanhola, concitou contra o governo más vontades poderosas. A nacionalisação das industrias e as leis de protecção aos operarios decretados por Primo de Rivera desgostaram a alta finança internacional.

Foram êstas circunstancias que os politicos espanhóis aproveitaram para provocar a rebelião de Ciudad Real e para tentar a greves dos estudantes. Que lhes importava que a desordem prejudicando as exposições de Barcelona e Sevilla lesasse os interesses da Espanha, se as exposições vão ser a consagração da Ditadura Espanhola?

Leve agitação que só consolidou a Ditadura! A greve foi furada pela grande maioria dos estudantes aos vivos ao Rei e a Primo de Rivera. Apenas teve como consequencias... a grande manifestação de simpatia a Primo de Rivera, por partes dos estudantes de Saragoça e a mensagem de apoio e gratidão dos intellectuais espanhóis firmada por centenas de nomes illustres nas letras, nas artes e nas sciencias.

Os acontecimentos de Ciudad Real tambem tiveram as suas consequencias... os telegramas e mensagens dos operarios e sindicatos profissionais e mixtos.

E... mais nada, por muito que pese a certa linguareira imprensa deste jardim á beira mar plantado.

O MEXICO E A IMPRENSA PORTU-
GUEZA

Ao considerarmos o curso dos acontecimentos em Portugal e na Espanha repararemos na singular attitude da maioria da imprensa portugueza, perante a balburdia sanguinolenta em que se debate o Mexico.

Tão prontos em protestar contra o desterro de meia duzia de intellectuais espanhoes, os nossos intellectuais (?) e a maioria da imprensa portugueza guardaram o mais comprometedor silencio sobre as atrocidades do governo de Calles, como já o tinham feito a quando da sanguinaria orgia russa.

E agóra, que a revolta estalou no Mexico contra a tirania de Calles, é vér a parcialidade dos Kolossos!

Na Terra Martir do Mexico entrechocam-se com singular violencia duas civilisações: o americanismo protestante e maçonico, e a civilisação latina e cristã.

Ao serviço e servidos por um *pensamento* inimigo da nossa raça, que interessa aos Kolossos, que interessa á maioria da imprensa portugueza que os revolucionarios mexicanos encarnem precisamente o espirito latino?

E são estes senhores, incapazes sequer de sentir a comunhão do sangue, que nos vem apregoar uma vaga e morbida solidariedade com uma ainda mais vaga e indefinida Humanidade.

Como latinos e cristãos aqui formulamos os nossos ardentes votos pelo triunfo dos revolucionarios mexicanos.

C. C.

REGRESSANDO...

Mais uma vez, neste ano da graça de 1929, os quintanistas da Faculdade de Direito de Lisboa realizaram com bastante solenidade, a sua simpática cerimonia da *bênção da pastas*.

Parece que um sópro benfazejo paira já sobre a terra portugueza, reintegrando-a nos seus costumes de pátria de cristãos, directriz nova de uma era nova, que a cerimonia da bênção das pastas confirma e define eloqüentemente.

A gente nova de Portugal regressa

às tradições cristãs de que as gerações passadas pretenderam emancipar-se na febre derrotista que vem de há um século propagando e defendendo doutrinas que em nome de uma renovação, foram destruindo no entanto as velhas tradições portuguezas.

A gente nova de Portugal, assistindo á missa e depondo as suas pastas no altar de Cristo, para a cerimonia da bênção, leva, a quem quer que seja, á conclusão de que de facto se regressa a uma vida saudavelmente cristã, voltando com segurança ao campo da verdade.

Nesta festa religiosa, S. Ex.^a Rev.^m o Nuncio Apostolico, depois da missa e da bênção das pastas, pronunciou uma brilhantissima alocução exaltando o amor á nossa Patria e afirmando que para o engrandecimento de Portugal, as idéas de Deus e de Pátria deverão sempre andar unidas.

Assim foi sempre: — Portugal nasceu do ideal cristão contra o islamismo, e foi com a fé ardente em Cristo que o troço do Conde D. Henrique deu começo á conquista de Portugal á mourama.

Em tôda a nossa história Portugal viveu sempre aliado á tradição cristã e assim continuará, porque assim o quiere a maior e a melhor parte da sua gente.

H. de M. D.

NO LIMIAR DA CIDADE NOVA — O
ACORDO DE LATRÃO

Depois da entrevista de S. Ex.^a R.^m o Arcebispo de Mitylene, depois dos artigos notaveis do Conselheiro Fernando de Sousa e muito em especial depois do notabilissimo artigo do nosso prezado colega de Coimbra «A Vanguarda» — *Novas Nasçitor Ordo* nada mais há a dizer.

Quizémos apenas que o mais importante facto da historia contemporanea ficasse registado nas nossas modestas colunas.

Um significado apenas desejamos realçar devidamente: o accordo de Latrão limou certas asperesas do imperialismo fascista.

Por ele a Italia integrou-se na medievá e latina — Republica Cristiana.

POLITICA

O NUMERO DA PASCOA DO DIARIO DE NOTICIAS

Chamamos a atenção da Direcção Geral de Saude, para o n.º da Pascoa do Diario de Noticias.

O artigo de Françoise Gambart alem de improprio (dada a solenidade do dia que o Noticias queria comemorar) é desnecessario... todos sabemos de há muito e por factos, o que é e o que vale o pudor do e para o Diario de Noticias...

Agóra que fosse tão grande a crise de pudor... *intellectual* do Sr. Rocha Junior é que não sabemos mas... ficámos sabendo.

PARLAMENTARISMO

C. C.

Do numero de 27 de Março proximo passado de La Nacion transcrevemos com a devida vénia: *Encerrou-se a Dieta japonesa sem que em 56 sessões se tivesse solucionado nenhum dos assuntos inscritos na ordem.*

MARECHAL FOCH

Inesperadamente noticiaram os jornais a morte de Foch. Perante a memoria do homem que foi o maior cabo de guerra do seu tempo, curvamo-nos respeitosa-mente em homenagem ás suas virtudes de catolico e de soldado.

JOÃO FRANCO

Constituíram uma imponente manifestação de pesar os funerais do grande ministro do Senhor Rei D. Carlos.

Da J. C. do I. L. estiveram nos funerais os senhores Drs. Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz e Afonso Lucas.

Para nós que em muito apreço temos o alto esforço e a admiravel intenção do ditador, não foi sem máguia que o vi-

mos morrer, sacrificando ainda aos idolos e mitos contra os quais se teve de erguer a sua vontade forte.

«NAÇÃO PORTUGUESA»

Em 8 de Abril de 1914 publicou-se o 1.º número da revista «Nação Portuguesa» onde foram lançadas bases doutrinaárias do Nacionalismo Português, que os factos não teem feito senão confirmar retumbantemente através das ruínas semeadas por idéas extranhas e criminosas.

Recordamos comovidos esta data que marca o início duma época histórica de ressurgimento nacional e em que uma geração sem preconceitos afirmou tão alto o seu grande valor intelectual e moral e a sua isenção patriótica

Anos volvidos, ainda o mesmo pensamento nos guia, como único caminho seguro para as angústias do tempo presente e para a nossa áncia de portugueses e de modernos.

Evocamos saudosamente os mortos e saudamos os vivos, dentro os quais se destacam as figuras de Hipólito Raposo e Pequito Rebelo, empenhados no mesmo prélio e movidos do mesmo ardor nacionalista pela honra e glória de Portugal.

L. R.

O 9 DE ABRIL

N'esta data no ano de 1918 foi escrita pelos politicos que governavam em nome da Republica contra a Nação uma pagina de luto.

E foi escrita pelo Exercito uma pagina de inutil mas gloriosa bravura.

E o Mundo viu mais uma vez como costumam morrer os soldados de Portugal.

Honra aos que tão heroicamente se bateram ao lembrar-se de que eram portugueses.

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívicos

PARTOS — SIFILIS

CONSULTAS — Largo José Fontana, 12-2.º

ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das senhoras. Partos. Cirurgia.

Tratamentos pelo rádio e electricidade

AVENIDA DOS ALIADOS, 41, 1.º — PORTO

TELEF. 4907

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.º

LISBOA

DR. COSTA FELIX

INTERNO DE CIRURGIA DOS HOSPITAIS CÍVICOS

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33 — Tel. C. 2550

ÀS 14 H.

DAFUNDO: R. Paulo Duque

ÀS 17,30 H.

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

Sebastião Perestrello Guimarães

ADVOGADO

Escritório — RUA DO OURO 124, 2.º, D.

TEL. C. 2878

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.º

Telef. N. 4952

LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.º

LISBOA

Este numero dirigiram-no no seu aspecto
grafico *Franz Langhans* e *Valentino de Sá*
e foi composto e impresso na Tipografia
Ingleza, Ltd.^a, Rua Eugenio dos Santos,

118 — LISBOA

